



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Aparecida de Goiânia

CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA/IFG
EDITAL N° 05/2020
PROGRAMA PERMANÊNCIA – CONECTIVIDADE

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), por meio do Câmpus Inhumas, torna público o presente, contendo as normas referentes ao processo seletivo para a participação dos (as) estudantes do IFG em situação de vulnerabilidade socioeconômica, **no Programa Permanência - Conectividade, para o provimento de condições de acesso à internet, serviço de pacote de dados móveis ou auxílio financeiro, considerando a situação de excepcionalidade ocasionada pela Pandemia de COVID-19 e a Resolução CONSUP/IFG n° 20/2020** que aprovou a retomada do calendário acadêmico com o uso do Ensino Remoto Emergencial.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Assistência Estudantil no IFG é orientada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010, Política de Assistência Estudantil do IFG - Resolução CONSUP/IFG de n° 008 de 22 de fevereiro de 2016, Plano de Desenvolvimento Institucional IFG 2019-2022 e Instrução Normativa (IN) Proex/IFG n° 3, de 10 de setembro de 2019.

1.2 A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFG, é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, programas e benefícios, procedimentos, critérios, concessões, composição, competência, planejamento, acompanhamento e avaliação que norteiam a implementação de ações com a finalidade de ampliar o acesso, a permanência e a conclusão exitosa do itinerário formativo integral e integrado e a inserção no mundo do

trabalho, bem como o processo educativo do (a) estudante devidamente matriculado (a) nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, educação superior, e de formação inicial e continuada de trabalhadores.

1.3 Os Programas da Assistência Estudantil são um tipo de ação da PAE-IFG, e tem como objetivo atender os (as) estudantes com a oferta de auxílios pecuniários e/ou de serviços e atendimentos, contribuindo para a permanência e êxito estudantil.

1.4 O Programa Permanência – Conectividade atende aos princípios e objetivos da PAE-IFG, tem caráter excepcional, deverá funcionar enquanto permanecer a situação de Pandemia de COVID-19 e adoção do Ensino Remoto Emergencial. Será ofertado de forma complementar aos demais programas, visa a inclusão digital, a permanência e êxito dos estudantes na realização das atividades acadêmicas por meio do Ensino Remoto Emergencial, podendo ser acumulado com até mais três auxílios.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Do Objetivo do Edital

2.1.1 Selecionar os (as) estudantes do IFG, em situação de vulnerabilidade social que não dispõe ou que não tem acesso suficiente à internet, para participarem do Programa Permanência – Conectividade, contribuindo para a permanência e êxito estudantil, propiciando condições de acesso à internet necessários para o acompanhamento das atividades acadêmicas que serão realizadas por meio do Ensino Remoto Emergencial, no contexto emergencial da Pandemia de COVID-19.

2.2 Do Público

2.2.1 Poderão se inscrever no Programa Permanência – Conectividade, concedido por este edital, todos os (as) estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, que não dispõe ou que não têm acesso adequado e suficiente à internet, regularmente matriculados (as) nos cursos presenciais:

- a) Técnico Integrado ao Ensino Médio;
- b) Técnico Integrado Integral na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- c) Técnico Subsequente;
- d) Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico).

e) Pós-graduação (lato e stricto sensu)

2.3 Das Inscrições

2.3.1 Os (as) **estudantes já inscritos no SUAP** e participantes de algum dos programas da Assistência Estudantil ou que estão em lista de espera dos editais deverão:

a) Realizar a inscrição no Programa Permanência - Conectividade, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) <http://suap.ifg.edu.br>, conforme orientações disponível no [Manual do Aluno - Como se inscrever nos Programas de Assistência Estudantil](#);

b) Preencher e assinar as declarações: socioeconômica (prevista no anexo I) e necessidade de contratação de internet (prevista no anexo II), que poderão ser anexadas no item “documentação do aluno”, no ato da inscrição no programa. Os arquivos deverão estar no formato PDF contendo toda documentação ou arquivo compactado zip/rar, podendo ter o tamanho máximo de 5 Mb;

c) Na impossibilidade do envio do arquivo no formato eletrônico, as declarações: socioeconômica (prevista no anexo I) e necessidade de contratação de internet (prevista no anexo II), as quais **poderão ser entregues na Portaria do Campus, no horário das 08h00min as 17h00min de acordo com cronograma estabelecido no edital (item 2.8), em envelope lacrado e endereçado à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE).**

d) As declarações devem estar preenchidas e assinadas, mesmo as que forem anexadas como arquivo.

2.3.2 Para a efetivação da inscrição os (as) **estudantes ingressantes ou veteranos (as) que nunca participaram dos Editais de Assistência Estudantil**, deverão:

a) Preencher o questionário de caracterização socioeconômica presente no Módulo de Atividades Estudantis do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) <http://suap.ifg.edu.br>, conforme orientações presentes no [Manual do Aluno - Questionário Socioeconômico](#);

b) Realizar a inscrição no Programa Permanência - Conectividade, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) <http://suap.ifg.edu.br>, conforme

orientações disponível no [Manual do Aluno - Como se inscrever nos Programas de Assistência Estudantil](#).

c) Preencher e assinar a declaração necessidade de contratação de internet (anexo II) e providenciar os documentos previstos no anexo III e que estão à disposição a partir do anexo IV, os quais poderão ser anexados no item “documentação do aluno”, no ato da inscrição no programa. Os arquivos deverão estar no formato PDF contendo toda documentação ou arquivo compactado zip/rar, podendo ter o tamanho máximo de 5 Mb;

d) Na impossibilidade do envio dos arquivos no formato eletrônico, os documentos também poderão ser entregues na Portaria do Campus, no horário das 08h00min as 17h00min de acordo com cronograma estabelecido no edital (item 2.8), em envelope lacrado e endereçado à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE);

e) **Todos os documentos devem estar ASSINADOS, mesmo os que forem anexados como arquivo.**

2.3.3 É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) e do (a) responsável, no caso de menor de idade, as informações prestadas no ato da inscrição.

2.3.4 **Serão anuladas a qualquer tempo, as inscrições que não estiverem em conformidade com este Edital.**

2.3.5 Caso os documentos sejam entregues em cópia física, solicitamos que sejam observados os cuidados necessários em relação à COVID - 19.

2.4 Dos Critérios de Seleção

2.4.1 Para serem selecionados os (as) estudantes deverão:

a) estar regularmente matriculados (as) nos cursos presenciais previstos no item 2.2;

b) apresentar renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio vigente no país;

c) Terem realizado a inscrição de acordo com o item 2.3.

d) Declarar, conforme Anexo II, que não dispõe ou que não tem acesso suficiente à internet (plano de dados móveis contratado com franquia inferior a 20 GB).

2.4.2 Os (as) **estudantes já inscritos no SUAP** e participantes de algum dos programas da Assistência Estudantil ou que estão em lista de espera dos editais, que se inscreverem conforme o item 2.3.1, que atendam aos critérios do item 2.4.1, estarão automaticamente selecionados neste edital.

2.4.3 Os (as) estudantes que ainda não são participantes dos Programas de Assistência Estudantil serão selecionados (as) mediante estudo socioeconômico, realizado pelo (a) profissional de Serviço Social, a partir da análise da documentação entregue, previsto no item 2.3.2.

2.4.4 Serão selecionados (as) para participação no Programa Permanência – Conectividade todos (as) os (as) estudantes que atenderem os critérios do item 2.4.1.

2.4.5 O estudo socioeconômico realizado pelo (a) Assistente Social compreende a validação dos dados preenchidos no questionário de caracterização socioeconômica do SUAP, pelo (a) estudante, a partir da análise da documentação entregue, podendo ocorrer contato com familiares.

2.5. Da interposição de recurso

2.5.1 1 O prazo para interposição do recurso será de dois dias após a divulgação do resultado do edital.

2.5.2 Para solicitar o recurso administrativo, o estudante deverá preencher o formulário específico (Anexo XIII) e enviar para o e-mail: **cae.aparecida@ifg.edu.br**. Em caso de dificuldade de acesso à internet os documentos **poderão ser entregues na portaria no Campus no horário das 08h00min às 17h00min de acordo com cronograma estabelecido no edital (item 2.8), em envelope lacrado, endereçado à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE).**

2.5.3 O resultado do recurso será publicado, informando o motivo do deferimento ou indeferimento e divulgado na data prevista no item 2.8 deste edital.

2.6 Das Formas de Atendimento

2.6.1 Os (as) estudantes selecionados (as) por este Edital poderão ser atendidos (as) pelas seguintes formas:

- a) disponibilização de chip de telefonia celular, com plano de dados móveis contratado pelo IFG ou Ministério da Educação; ou

- b) pagamento de auxílio financeiro no valor mensal de R\$ 100,00 (Cem Reais).
- c) o pagamento da 1ª parcela do Programa Permanência Conectividade será realizado no mês posterior à data da inscrição realizada pelo estudante. O número de parcelas recebidas estará sujeito à data de inscrição, conforme abaixo:
 - a) inscrição realizada até agosto: o estudante receberá 4 (quatro) parcelas de auxílio, sendo a 1ª (primeira) em setembro;
 - b) inscrição realizada em setembro: o estudante receberá 3 (três) parcelas de auxílio, sendo a 1ª (primeira) em outubro;
 - c) inscrição realizada em outubro: o estudante receberá 2 (duas) parcelas, sendo a 1ª (primeira) em novembro;
 - d) inscrição realizada em novembro: o estudante receberá a 1 (uma) parcela, sendo a 1ª (primeira) em dezembro.

2.6.2 No caso de atendimento por meio de pagamento de auxílio financeiro, o (a) estudante deverá contratar o serviço de internet que melhor atenda suas necessidades disponível na sua região de moradia (banda larga, rádio ou dados móveis), sendo subsidiado o valor limite de R\$ 100,00 (Cem Reais) mensais.

2.6.3 Para os (as) estudantes que declararam não ter acesso suficiente a internet e que comprovem que já possui plano de dados móveis contratado, cuja franquia mensal seja inferior a 20 GB, poderá receber chip de telefonia celular, com plano de dados móveis suficiente contratado pelo IFG ou Ministério da Educação ou auxílio financeiro para complementar o aumento da franquia mensal contratada para no mínimo 20 GB, podendo ser subsidiado o valor limite estipulado neste edital.

2.6.4 O atendimento por meio de auxílio financeiro será realizado preferencialmente enquanto não for possível a disponibilização dos chips de telefonia celular, com plano de dados móveis contratado pelo IFG ou Ministério da Educação.

2.7 Do cancelamento do atendimento:

2.7.1 O (a) estudante (a) terá o auxílio cancelado nos casos de:

- a) Afastar-se da instituição sem aviso prévio (abandonar o curso);
- b) Trancar ou cancelar matrícula;
- c) Solicitar desistência do (s) auxílio (s) por vontade expressa formalmente pelo (a) estudante ou representante legal em caso de adolescentes;

- d) Mudança de situação socioeconômica no decorrer do período de concessão do auxílio, ultrapassando a renda familiar per capita de um salário mínimo e meio;
- e) Omitir ou fraudar informações em qualquer fase do processo;
- f) O cancelamento por omissão ou fraude pode ser realizado a qualquer momento no decorrer do ano mediante avaliação do (a) Assistente Social.

2.8 Cronograma

Etapas	Datas
Período de inscrição ou atualização dos dados socioeconômicos no SUAP e entrega da documentação na Coordenação de Assistência Estudantil do Campus	De 25 de agosto a 3 de novembro de 2020
Período de avaliação das inscrições	1º Grupo: 01/09 a 04/09 2º Grupo: 01/10 a 08/10 3º grupo: 04/11 a 06/11
Divulgação do resultado preliminar	1º Grupo: 08/09 2º Grupo: 09/10 3º grupo: 10/11
Interposição de recurso	1º Grupo: 09 e 10/09 2º Grupo: 13 e 14/10 3º grupo: 11 e 12/11
Análise do recurso	1º Grupo: 11 e 14/09 2º Grupo: 14 e 15/10 3º grupo: 13 e 16/11
Resultado da análise do recurso e resultado final com Listagem com o número de matrícula dos estudantes por ordem de classificação.	1º Grupo: 15/09 2º Grupo: 16/10 3º grupo: 17/11

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Cabe à Direção Geral do Câmpus, juntamente com a Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (Gepex) e a CAE, a responsabilidade de zelar pela lisura deste edital, providenciar e coordenar as ações inerentes à sua execução podendo utilizar-se de todos os meios admitidos em direito para a sua garantia.

3.2 Em caso de dúvida em alguma etapa do Processo Seletivo, o (a) estudante (a) deverá enviar email para cae.aparecida@ifg.edu.br.

3.3 Os casos omissos serão julgados pela Direção Geral, juntamente com a Gepex e CAE do Câmpus e, se for o caso, sob orientação da Pró-Reitoria de Extensão.

3.4 A inscrição implica o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas pelo IFG neste Edital, das quais o (a) estudante (a) e/ou seu (a) representante legal não poderão em hipótese alguma alegar desconhecimento.

Aparecida de Goiânia, 25 de agosto de 2020.

Diretor (a) Geral do Câmpus.

Assinatura

Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação do Câmpus

Assinatura

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE INTERNET

Eu, _____ (candidato/a)
_____, inscrito (a) no RG
sob o nº _____, expedido pelo (a)
_____, CPF nº _____,
residente e domiciliado (a) na

_____, cidade _____ CEP _____, UF _____. DECLARO, nos termos da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983* junto à instituição de ensino _____, Câmpus _____, que o grupo familiar não tem acesso aos serviços de internet necessários para acompanhamento das atividades acadêmicas remotas. Além disso, atende aos critérios de renda até 1 ½ (um salário mínimo e meio) por pessoa estabelecidos na Lei nº 12.101**, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014. Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à instituição de ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar a respectiva documentação comprobatória. Nos termos da Lei nº 7.115/83*, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo do edital **05/2020** vinculado ao Programa Permanência - Conectividade, seja na inscrição e nesta declaração, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009** e Decreto nº 8.242/2014, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal***, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão Programa de Auxílio Financeiro Estudantil destinado a estudante em situação de vulnerabilidade social, ao candidato(a):

_____ - _____, _____ de _____ de _____

. (Cidade-UF, dia, mês e ano)

(Assinatura do Candidato/Responsável Legal)

(*)LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal. Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante. ()** LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009 Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação. § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis. (***) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ANEXO II

DECLARAÇÃO SOCIOECONÔMICA

(Somente para estudantes que já fazem parte de algum Programa de Auxílio Financeiro Estudantil)

Eu, _____ (candidato/a)
_____, inscrito (a) no RG
sob o nº _____, expedido pelo (a)
_____, CPF nº _____,
residente e domiciliado (a) na
_____, cidade _____ CEP _____, UF _____.

DECLARO, nos termos da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983* junto à instituição de ensino _____, Câmpus _____, que o grupo familiar não tem acesso aos serviços de internet necessários para acompanhamento das atividades acadêmicas remotas. Além disso, atende aos critérios de renda até 1 ½ (um salário mínimo e meio) por pessoa estabelecidos na Lei nº 12.101**, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à instituição de ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar a respectiva documentação comprobatória.

Nos termos da Lei nº 7.115/83*, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo do edital **05/2020** vinculado ao Programa Permanência - Conectividade, seja na inscrição e nesta declaração, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009** e Decreto nº 8.242/2014, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade

ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal***, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão Programa de Auxílio Financeiro Estudantil destinado a estudante em situação de vulnerabilidade social, ao candidato(a):

_____ - _____, _____ de _____ de _____.

(Cidade-UF, dia, mês e ano)

(Assinatura do Candidato/Responsável Legal)

(*)LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal. Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(**) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009 Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação. § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da

informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

(***) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ANEXO III

RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA A COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL.

1. Os documentos a serem apresentados se referem à situação empregatícia e despesas da família do (a) candidato (a) e deverão ser referentes ao mês de junho e julho de 2020.

Identificação do (a) estudante e do núcleo familiar e declaração de despesas (Obrigatório)	<ul style="list-style-type: none">- CPF e RG do (a) estudante (a) e dos membros da família.- Caso tenha na família menores de 18 anos, apresentar Certidão de Nascimento;- Cópia dos comprovantes de despesas de Água, Energia, Internet e Telefone.
Quando Trabalhador (a) assalariado (a), com contrato regido pela CLT	<ul style="list-style-type: none">- Contracheque;- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física-IRPF, quando houver;- Em caso de não haver contracheque, apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS registrada e atualizada.
Quando Trabalhador (a) Autônomo (a), Prestador (a) de Serviços ou Profissional Liberal	<ul style="list-style-type: none">- Declaração de Renda (Anexo IV – A);- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF, quando houver;
Quando Trabalhador (a) for Servidor (a) Público	<ul style="list-style-type: none">- Contracheque;- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, quando houver.

Quando Desempregado (a) ou do lar	<ul style="list-style-type: none"> - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS atualizada, página da foto frente e verso, página onde está registrado o desligamento (último contrato de trabalho) e a página em branco subsequente; - Declaração de ausência de rendimentos (Anexo V – B) - Quando receber ajuda financeira de terceiros, preencher declaração disponibilizada no Anexo VI – C.
Quando Aposentados (as) e Pensionistas	<ul style="list-style-type: none"> - Extrato mais recente do pagamento de benefício; Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF, quanto houver.
Quando receber rendimentos de aluguel	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de rendimento de aluguel (Anexo VII – D)
Quando o imóvel que reside é alugado	<ul style="list-style-type: none"> - Cópia do Contrato de Locação; - Quando não houver contrato, apresentar Declaração de Aluguel sem contrato (Anexo VIII – E).
Quando o imóvel que reside é cedido	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de imóvel cedido (Anexo IX – F)
Quando receber pensão alimentícia	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia (Anexo X – G);
Quando se paga pensão alimentícia	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Pagamento de Pensão Alimentícia (Anexo XI – H)
Quando não há declaração de Imposto de Renda	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Isenção Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física (Anexo XII – I)

ANEXO IV

A - DECLARAÇÃO DE RENDA DE AUTÔNOMO, PRESTADOR DE SERVIÇOS OU PROFISSIONAL LIBERAL

Eu,

_____, portador do CPF nº _____, RG nº _____, residente na _____,

_____, declaro que a renda média dos últimos seis meses, no valor de R\$ _____ mensais, refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades de _____. Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO V

B - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____ na

_____, declaro que
NÃO RECEBER NENHUM RENDIMENTO. Declaro ainda estar ciente de que as
informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso
de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o
disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e
Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO VI

C - DECLARAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____ na

_____, declaro que
AJUDO FINANCEIRAMENTE _____,
(nome do membro do grupo familiar que recebe ajuda) com o valor mensal de
aproximadamente R\$ _____. Declaro ainda estar
ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade
e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-
se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de
setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO VII

D - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ALUGUEL

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____ na

_____, declaro que
POSSUO RENDIMENTOS DE ALUGUEL no valor de R\$ _____,
referente ao imóvel situado na _____.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO VIII

E - DECLARAÇÃO DE ALUGUEL SEM CONTRATO

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____ na

_____, declaro que
ALUGO ATUALMENTE O IMÓVEL sito à

para o (a) Sr(a) _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____, desde
_____ / _____ / _____ até os dias atuais, pelo valor mensal de
R\$ _____. Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou
prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa,
estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo
único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do
Código Penal.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO IX

F - DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____ na

_____, declaro que
CEDO ATUALMENTE o imóvel sito à _____

para o (a) Sr(a) _____, portador
do CPF nº _____, RG nº _____, desde
____/____/____ até os dias atuais. Declaro ainda estar ciente de que as informações
que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração
falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no
parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos
171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO X

G - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____ na

_____, declaro que
RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de R\$ _____
(_____) mensais, pago pelo(a) Sr(a)
_____,
referente aos dependentes:

_____.
Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO XI

H - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____

_____, declaro que PAGO
PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de R\$ _____
(_____) mensais, pago à Sr(a)

referente aos dependentes _____

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

ANEXO XII

**I - DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE
PESSOA FÍSICA**

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, RG nº _____,
residente _____ na

_____, declaro que
SOU ISENTO DE DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA
FÍSICA, conforme regulamento da Receita Federal do Brasil. Pois no ano anterior não
obtive rendimento provindos de trabalho assalariado, proventos de aposentadorias,
pensões, aluguéis ou atividades rurais suficientes para declarar IRPF neste ano, e não
me enquadro nos demais casos que obrigam a entrega da Declaração Anual de Imposto
de Renda de Pessoa Física. Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou
prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa,
estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo
único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do
Código Penal.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Declarante

Letra Legível

_____ , _____ de _____ de 2020.

Assinatura